

CUT já criticou tudo e a Conclat aguarda

As duas centrais de trabalhadores, CUT e Conclat, estão participando da 8ª Conferência Nacional de Saúde de formas diferentes. A primeira já criticou tudo ontem, através do seu representante, Arlindo Chinaglia Júnior, para quem não adianta fazer propostas para uma Constituinte que não será nem livre nem soberana, mas apenas congressual. "Não teremos uma nova Constituição, mas uma outra emenda", disse Chinaglia, "e tudo que está sendo discutido aqui já foi debatido à exaustão. É hora de tomar decisões".

A Conclat ainda não disse nada, pois seu representante, Luiz Roberto de Oliveira, está escalado para falar amanhã, durante os debates sobre "Financiamento do Setor de Saúde". Ontem, os delegados da entidade se reuniram durante o horário de almoço para esboçar um documento que será apresentado à plenária hoje ou amanhã.

A CUT já levou um documento pronto, onde afirma que o "sistema de saúde no País, caracterizado pela atuação hospitalar, curativa e empresarial, tem sido extremamente discriminatório, alijando os trabalhadores, urbanos e especialmente rurais, de um atendimento condigno. Seus objetivos têm sido os de ga-

rantir a força de trabalho para a produção capitalista e a acumulação de capital no interior do próprio setor, com um total descompromisso com as reais necessidades de saúde do povo brasileiro".

A CUT propõe que a saúde seja estendida ao conjunto das políticas sociais prioritárias para "a construção de uma sociedade justa e democrática", considerando-a um dever e uma dívida do Estado para "com o povo trabalhador deste País". Que o sistema de saúde seja estatizado, unificado, regionalizado e garanta atendimento integral, igualitário e de boa qualidade a toda a população.

A CUT defende a participação dos trabalhadores na direção e controle da administração deste sistema de saúde, bem como na sua gestão em todos os níveis, para assegurar que, "de fato", ele esteja voltado para os seus interesses; acha indispensável uma política de recursos humanos que reoriente a formação e utilização dos trabalhadores da área de saúde e estabeleça as condições de trabalho e salário adequados.

Pede também a suspensão do financiamento da rede privada com recursos públicos e a estatização dos serviços necessários à organização de um sistema único e universal de saúde.